



Relatório de Acompanhamento

RA 02 / 2012 PLANO CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Nº Relatório: RA 02/2012	Data do Relatório 2012-04-27	Normas(s) de referência: N. A.	Área/Departamento Todas
Âmbito: Todos os Processos Data: 9 a 12 de Abril de 2012 Duração: 5 dias			

RESUMO DA AUDITORIA

1. Objectivo

Avaliação da aplicação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC).

Conforme o referido no próprio PPRCIC, na sua parte IV.

Pretende-se validar a aplicação dos procedimentos pelas Áreas e da sua consistência, tanto do ponto de vista funcional como administrativo.

2. Plano da Auditoria

Análise dos acontecimentos no ano transato (2011), ao nível de controlo de procedimentos e ações corretivas, com influência nos diversos aspetos constantes do PPRCIC.

3. Documentos de Referência

PPRSIC - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas [versão Dezembro 2009].

Processos integrantes do Sistema Integrado de Gestão.

4. Acompanhamento exterior

Não existiu.



Relatório de Acompanhamento

RA 02 / 2012 PLANO CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

5. Comentários:

- Foram tidas em conta as Áreas identificadas com atividades e processos com probabilidade de maior nível de risco de ocorrência de corrupção ou infração conexa, conforme o descrito na parte II do PPRSIC.
- Foi solicitada a colaboração de todas as Áreas no sentido de apresentação de ocorrências no âmbito desta avaliação.
- Em 2011 foi efetuada uma Auditoria Técnica de Avaliação da Aplicação do Plano de Prevenção Riscos de Corrupção (Processo 790/10-AT), por parte da Inspeção-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Não foi rececionado nenhum Relatório com as conclusões da auditoria.

A auditoria foi acompanhada permanentemente por CGA, não se registrando ocorrências.

- Foram realizadas duas auditorias internas ao Sistema Integrado de Gestão, sendo uma delas por auditores da entidade certificadora (APCER).

Os prestadores de serviços contratados encontram-se abrangidos pelo âmbito destas auditorias.

Não foram registadas ocorrências no âmbito do PPRSIC.

Na sequência desta auditoria, a Entidade Certificadora APCER concedeu à STCP, SA a renovação das três certificações por mais um período de três anos (25 de Dezembro de 2014).

- Foi realizada uma Auditoria Inspetiva interna, solicitada pelo Conselho de Administração (CA), na sequência de uma Ação Inspetiva Tributária externa sobre alienação de viaturas de serviço público.

As situações identificadas foram analisadas pelo Conselho de Administração, que decidiu de acordo e em sede própria.

- Foi elaborado um Regulamento para Abate de Viaturas de Serviço Público (Edição 1 de 2011.11.23).

Este Regulamento aplica-se sempre que exista a necessidade de abate de viaturas de serviço público à frota ativa e/ou ao património da STCP, SA.

Estabelece as regras e enumera as tarefas respeitantes a todo o circuito desde a decisão de abate à frota até ao destino final das viaturas de serviço público.



Relatório de Acompanhamento

RA 02 / 2012 PLANO CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

- Foi implementado um novo mapa de Processos em Março de 2011.

Adotada uma filosofia efetiva de transversalidade às Áreas, com metade dos processos anteriores.

- Das auditorias realizadas internamente não foram detetadas perdas para a organização que não tenham sido corrigidas *in posterioem*.

Nestas incluem-se as auditorias de acompanhamento dos inventários, do abate e venda de sucata, do abate de títulos de transporte, e de controlo de saldos de caixa.

Estas auditorias foram comunicadas ao Revisor Oficial de Contas (ROC), que acompanhou presencialmente as que entendeu como oportunas.

- Em 2011 foram lançados e adjudicados três concursos públicos internacionais, com registo em Ata do Conselho de Administração, e sem oposição:

- Fornecimento de combustíveis e lubrificantes.

- Exploração do parque de estacionamento da Estação de Recolha da Areosa.

- Fornecimento e instalação de uma Subestação Elétrica de Tração, de um Posto de Seccionamento, e de um Posto de Transformação.

Estes concursos são suportados pela legislação em vigor e outros normativos internos publicados, garantindo-se assim o efetivo respeito pelas regras de transparência da contratação pública (ex.: publicação na plataforma vortal, nomeação de júri, conhecimento dos critérios de seleção, relatório final de análise).

6. Conclusões

A avaliação teve em conta a informação interna de acesso livre e a juventude do PPRSIC.

Face às alterações previstas no Plano Estratégico para os Transportes, deve o PPRSIC ser revisto oportunamente.

Sugere-se que nesta revisão se contemple a inclusão de um parecer anual de todos os responsáveis da macroestrutura, sobre os aspetos do PPRSIC nos seus processos e atividades, ao longo desse ano. Incluindo-se aqui, quando aplicável, a descrição das ações e/ou alterações com impacto na definição do nível de risco.



Relatório de Acompanhamento

RA 02 / 2012 PLANO CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Com o Sistema Integrado de Gestão em vigor, baseado na gestão de processos, seria interessante a apresentação dos riscos associados aos processos, antes da identificação das Áreas intervenientes.

Não foram encontradas evidências que suportem a necessidade de realização de auditorias complementares.

A Equipa (CGA)

.Teresa Leite
Pedro Castro

Divulgação do Relatório: CA – 1^{as} Linhas – CGA